

Sindicalistas dão apoio a Lula

Na avaliação da coordenação da União do Povo, este foi o maior apoio de sindicalistas no Brasil para um único candidato à Presidência da República.

No último dia 31 de julho Lula esteve reunido com centenas de sindicalistas ligados às mais variadas correntes, em ato realizado em São Paulo, quando foi entregue ao candidato o documento elaborado pelo movimento sindical.

Lula recebeu duas cópias. Para demonstrar seu pleno acordo com as propostas apresentadas, assinou uma delas e devolveu aos sindicalistas. Para Lula, o texto foi uma "economia", pois passou a ser sua carta compromisso com a classe trabalhadora.

Estiveram presentes representantes da CUT, CCT, CGTB, CNTL, USI, CAT, Contag, diversos sindicatos e federações. Todas essas entidades representam cerca de 35 milhões de trabalhadores.

O presidente da Contag, Manoel dos Santos, alertou que o período deve ser de "unidade dos trabalhadores". Para ele, o encontro representa "um momento histórico, pois só temos como alternativa apostar na possibilidade de eleger Lula presidente, porque os outros governos nada fizeram".

"Não vamos só apoiar, mas lutar dianoturnamente pela eleição de Lula. Vamos nos unir

para enfrentar a burguesia, que já está unida há muito tempo", encerrou Manoel.

Maturidade

As lideranças sindicais que discursaram foram unânimes em afirmar que a união de tantas correntes sindicais diferentes ao redor da candidatura de Lula é a prova maior de maturidade dos trabalhadores.

Outro alerta: os sindicalistas devem se voltar às suas bases e anunciar que os trabalhadores estarão unidos contra o caos do governo FHC e para dar um basta aos efeitos da política neoliberal do tucanato.

Os dirigentes saíram do encontro, também, com a tarefa de combater a idéia de que só estabilidade está de bom tamanho para os brasileiros.

O presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, lembrou que, apesar das centrais pensarem e agirem diferente, "todos os trabalhadores sofrem os efeitos do neoliberalismo de Fernando Henrique da mesma forma".

Vicentinho resumiu as expectativas do movimento sindical com um governo da União do Povo-Muda Brasil: "queremos

um presidente que respeite o movimento sindical, sem privilégios ou exclusão, que acolha todos em pé de igualdade, que conheça o Brasil e nos faça ficar orgulhosos de sermos brasileiros".

"Deus é grande"

A reunião ocorreu um dia após a divulgação do índice de desemprego recorde registrado pelo Dieese (19%), em São Paulo.

Lula comentou que "graças a Deus - que é grande e não foi privatizado - as manchetes dos jornais não esconderam que o desemprego cresceu" e que seria mais fácil para o movimento sindical "cair nos braços do outro lado, mas esses companheiros querem construir uma política que gere empregos. Se não nos unirmos hoje, amanhã não teremos mais trabalhadores para representar".

O candidato esclareceu ao plenário que "não podemos competir contra o poder econômico, a mídia, mas se as pessoas levantarem a cabeça podemos vencer as eleições. Temos que ir aos locais de trabalho e mostrar a realidade do país", disse.

Para Lula a sorte está lançada: "se tivermos que ganhar ou perder, faremos juntos".

Fotos: Jorge Mariano



Lula fala para sindicalistas em ato no qual recebeu o apoio de quase todas as forças sindicais do país, no último dia 31...



...no Centro Trasmontano, em São Paulo; foi a maior apoio de sindicalistas no Brasil para um único candidato à Presidência

Movimento negro reúne-se com candidato



Da (esq. p/ a dir.): Vital Nolasco - PCdoB, José Dirceu - PT, Candinho - PDT, Flávio Jorge - Secretário Nacional de Combate ao Racismo, Vicentinho e Benedita da Silva

No dia 3 de agosto o auditório da sede nacional do PT, em São Paulo, ficou repleto de representantes do movimento negro ligados aos partidos da União do Povo-Muda Brasil.

Eles organizaram o evento para entregar a Lula o documento "Negros e negras no combate ao racismo - Queremos cidadania! - Mais empregos, menos discriminação".

Na mesa estavam Lula; a candidata do PT ao governo do Estado de São Paulo, Marta Suplicy; Vicentinho, presidente da CUT; a senadora Benedita da Silva (PT-RJ); José Dirceu, presidente nacional do PT; Vital Nolasco (PCdoB); e Candinho (PDT).

O secretário de Combate ao Racismo do PT, Flávio Jorge Rodrigues da Silva, abriu o encontro apresentando os números da discriminação racial no Brasil relacionados a emprego, educação e situação das mulheres negras.

Para Benedita, "o povo negro brasileiro acredita que Lula dará visibilidade à sua luta. Queremos ser reconhecidos e medidas de-

vem ser tomadas", alertou.

A candidata petista ao governo de São Paulo, Marta Suplicy, apresentou projetos de seu programa de governo, que servirão como alavanca para o fim da discriminação racial e sugeriu que parte das campanhas publicitárias governamentais sejam usadas no combate ao racismo.

Para Luiz Inácio Lula da Silva a "falta de consciência política dificulta o fim do preconceito". O candidato lembrou que o racismo no Brasil tem um caráter social forte e deu exemplos: "em uma fábrica, onde todos são iguais por causa do macacão, os promovidos nunca são negros". Para Lula é necessário recontar a história do Brasil, pois "a nossa nação está em dívida com os índios e negros" e apresenta como primeiro passo a qualificação da escola pública, que seria "o melhor caminho para estabelecer a igualdade entre brancos e negros".

Os presentes também puderam ouvir de Lula uma orientação: "ocupem espaços, elejam um grande número de negros nestas eleições".

Leilão da Telebrás: há muito a explicar

"A pressa, a necessidade e a urgência que o governo tem de se desfazer da Telebrás levam todos a ter o direito de suspeitar que há falcaturia no processo". Lula

As discussões em torno do leilão da Telebrás ainda devem continuar por muito tempo. Embora o governo afirme repetidamente que "foi um grande negócio para o país", a venda do sistema para o capital estrangeiro tem levantado muitas suspeitas.

E não é para menos. Ninguém explicou, por exemplo, porque o governo aplicou R\$ 28 bilhões no sistema, nos últimos três anos, e depois estipulou em pouco mais de R\$ 13 bilhões o preço mínimo para a venda. Mesmo com o ágio, o valor da venda é inferior aos R\$ 28 bilhões gastos.

Foram arrecadados com o

leilão cerca de R\$ 23 bilhões, o equivalente ao faturamento da empresa em 97. Para 98, a previsão é de que ela fature R\$ 27 bilhões.

Segundo Tarso Genro, um dos coordenadores da campanha de Lula, o ágio de 62% "mostra de maneira cabal que a Telebrás estava mal avaliada, significa que a avaliação foi irresponsável".

Para o professor de Direito da PUC-SP, Celso Antônio Bandeira de Mello, é estranho o fato de o edital obrigar o comprador a pagar apenas 40% do preço à vista. O restante será quitado em 12 e 24 meses. Ou seja, a empresa pode valer-se dos lucros obti-

dos no período para fazer os pagamentos (Folha de S.Paulo - 03/08).

No mesmo artigo, Bandeira de Mello demonstra também sua estranheza com as restrições impostas ao capital nacional, em flagrante afronta "aos princípios constitucionais de igualdade e de soberania nacional".

Protesto do PT

Em Brasília, a bancada de deputados federais do PT divulgou uma nota de repúdio não apenas ao esquiteamento do "sistema Telebrás, num violento processo de substituição do monopólio estatal pelo privado", mas também à atitude da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que, durante o leilão, "atentava contra os direitos de cidadãos, incluindo parlamentares, sindi-

calistas e populares - desta vez num gesto de violência física".

A nota afirma ainda que "a prisão de manifestantes, a agressão física até mesmo de crianças, o aprisionamento de carro de som onde deputados federais (Carlos Santana e Milton Temer, do PT, e Jandira Feghali, do PCdoB) lideravam os protestos contra a privatização do sistema Telebrás, o desrespeito à Constituição, o descumprimento de acordo com a PM fluminense resumem a burla à democracia praticada sob o comando do governo do Rio de Janeiro".

Ao final da nota, o deputado Marcelo Déda (PT-SE), líder da bancada, afirma que "determinou à assessoria jurídica da Liderança do PT na Câmara ações jurídicas contra o governo do Rio e a PM fluminense".

Participe e contribua para a campanha



Os cofres são uma das formas pelas quais o militante pode contribuir para a campanha da União do Povo-Muda Brasil

Esta é uma campanha desigual. O candidato à reeleição tem recursos e controla o aparelho do Estado; tem cobertura da grande mídia, usa verbas de publicidade e manipula o Orçamento", diz José Dirceu, presidente nacional do PT.

Por isso é preciso contribuir para que Lula chegue à Presidência. Se todos os apoiadores colaborarem, a campanha estará garantida.

"Precisamos massificar os cofrinhos, fazermos uma campanha nacional de arrecadação para dar base material à campanha, termos recursos para propaganda, infraestrutura, programas de rádio e TV, viagens dos candidatos e para viabilizarmos nossas candidaturas nos Estados", diz Dirceu.

Segundo ele, "uma campanha financeira popular já é meio cami-

nho de uma campanha eleitoral. Aquele que contribui faz mais do que votar: passa a ser um ativista, um apoiador, um divulgador da candidatura".

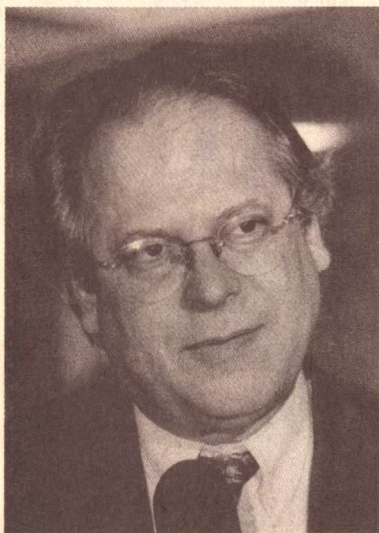
Cada militante pode solicitar ao PT um cofrinho e fazer coletas em atividades com amigos, parentes, vizinhos, colegas de trabalho, da escola etc. Existem cofres em três tamanhos. As encomendas podem ser feitas com Jussara, telefone (011) 233-1310.

Quem quiser pode ainda depositar sua contribuição no Banco do Brasil, conta nº 2000-1.

Além disso, estão sendo implementadas outras medidas de arrecadação, como o Disque 0900, o caderno Amigo é "também para essas coisas e o acesso direto via Internet.

RECADADO

Campanha vive um momento decisivo



Jorge Marinho

Pernambuco para evitar que o narcotráfico chegue ao Brasil.

Não satisfeito, diz, em alto e bom som, que todos devemos fazer check up. No outro dia, recebeu uma reprimenda dos que o ouviram, pelo ridículo da sua afirmação. Aconselhar os brasileiros a fazer check up assemelha-se a Maria Antonieta aconselhar os revoltosos, na França, a comer brioques, quando o povo passava fome.

A verdade nua e crua é que podemos e vamos para o segundo turno. Nada mudou no país, a não ser a propaganda governamental, que continua, e cada vez mais intensa. O presidente se dá ao luxo de não fazer campanha, porque sabe que tudo foi preparado para que sua recondução ao poder seja garantida.

O centro do problema: Lula, a União do Povo Muda Brasil, a resistência popular, a luta daqueles que não se conformam com a continuidade do neoliberalismo.

A campanha de Lula recebeu um apoio inédito de sindicalistas. Praticamente todas as forças sindicais do país apoiaram Lula, com exceção da Força Sindical, onde alguns dissidentes também nos deram seu apoio.

Mas a imprensa se calou.

Lançamos o programa de saúde e a imprensa destacou uma fala de Lula, de que usaríamos a CPMF para financiar o setor. A verdade é que o governo arrecadou cerca de R\$ 20 bilhões com o IPMF/CPMF. E até hoje esse dinheiro não chegou à saúde pública. Mas a mídia preferiu explorar a fala de Lula.

Mais uma semana na qual o país vê os índices de desemprego alcançarem patamares inéditos. O presidente brigou com os índices, acusou o Dieese de sabotagem.

Mas a imprensa destacou também uma frase de Lula, de que Deus era brasileiro, não tinha sido privatizado e que a mentira do governo tinha aparecido. A imprensa explorou a frase no sentido de que Lula dava graças a Deus porque o desemprego aparecera.

Como vemos, temos também o aniversário da mídia. Por isso, é hora de iniciarmos os comícios, as grandes passeatas.

Dia 18 começam os programas de rádio e televisão. Com base neles, vamos enfrentar Fernando Henrique Cardoso.

Temos elementos, temos uma realidade e um país que quer mudar. Por isso nosso lema é "Muda Brasil", por um novo

país, com um novo governo.

Todos nós sabemos que o Brasil é uma nação rica, mas que precisa ser de todos os brasileiros. Para isso, é preciso mudar de governo, mudar o modelo econômico, mudar a forma de governar, as prioridades. E precisamos dar ao Brasil um novo papel no mundo.

Só quem pode fazer isso é Lula e a coalizão União do Povo Muda Brasil. Temos que nos apoiar no voto popular, no voto de esquerda e ampliar o eleitorado, atingindo aqueles setores da classe média, do pequeno e médio empresariado, insatisfeitos com o modelo neoliberal, que querem mudanças no país.

Por isso, vamos lançar o Conselho Político Suprapartidário da campanha, com a participação de peemedebistas que apoiaram Lula. Vamos para o horário eleitoral de rádio e TV com a certeza de que podemos ir para o segundo turno.

Nada mudou na realidade do país. Não só o desemprego aumentou, como o governo não fez nada, a não ser usar o seu garoto propaganda, José Serra, na área da saúde.

Também não fez nada na área da educação. Muito menos nas grandes questões que o país enfrenta. Agravam-se o déficit comercial, o déficit público, o déficit em conta corrente. A dívida interna consome R\$ 50 bilhões em juros do Orçamento da União, e não há perspectivas de mudança.

O governo não teve medo de

vetar um artigo na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que exigia a publicação de todos os dados sobre o Proer, porque sabe que vamos mostrar ao país que os R\$ 10 bilhões de prejuízo do Proer, que os R\$ 20 bilhões usados no programa poderiam ter incentivado a pequena e média empresa, a agricultura, a criação de empregos e riquezas. E não esterilizados para salvar bancos falidos.

Isso vale para o dinheiro do BNDES, que está sendo emprestado para privatizações. Vale também para os recursos que o governo doou para as montadoras na farra de renúncia fiscal, patrocinada por Fernando Henrique Cardoso e governadores no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

O governo, como disse Fernando Henrique Cardoso, na Argentina, vai persistir no rumo macroeconômico. A realidade é que ele prepara um pacote Real 2, mas esconde isso do país. Os juros altos, a inadimplência, a quebra de empresas e a abertura comercial continuam.

Por isso, o país pode e vai votar por uma mudança no modelo político e econômico. O país quer a estabilidade, mas não com instabilidade social, com crescimento da violência e

da criminalidade.

O país quer uma economia estável. E isso pressupõe crescimento do emprego, com distribuição de renda. Pressupõe um Estado que invista na saúde, no saneamento, na educação, na habitação. Pressupõe um mercado interno que se desenvolva, uma economia na qual os salários cresçam. Pressupõe, principalmente, uma nação participando, com soberania, do

cenário internacional.

O Brasil dependente dos capitais externos, o Brasil que entrega seu patrimônio para pagar quatro meses de juros da dívida, como foi o caso da Telebrás, pode e vai ficar para trás.

O Brasil clama também por reformas políticas, pela política de cara limpa. Isso está evidente na revolta do eleitorado com o uso das verbas públicas, com o fisiologismo, com a compra de votos, com a ação do poder econômico.

Cabe a nós capitalizarmos o sentimento do país que quer mudar. Cabe a nós termos coragem e ousar, apresentando com clareza o programa da União do Povo Muda Brasil, apresentando com clareza o Lula que vai governar o Brasil para mudar.

José Dirceu
Presidente Nacional do PT

O presidente se dá ao luxo de dizer que, no Brasil, não temos meninos de rua; que isso é uma invenção das ONGs

ARTIGO

A propaganda política

Inicia-se o processo eleitoral de 1998. Mobilizam-se candidatos, partidos e suas máquinas publicitárias.

À primeira vista, o desafio é maior, neste ano, para a propaganda eleitoral em torno do futuro presidente da República. Há um candidato de consenso das elites: FHC. Dispõe do apoio dos partidos com maiores bancadas no Congresso, do respaldo dos empresários e banqueiros e tem a seu favor a máquina da administração federal.

Ainda que FHC evite abusos de poder na campanha, é ingênuo imaginar que inúmeros funcionários federais, que ocupam cargos de confiança e /ou funções de efetivo poder, deixarão de se empenhar a seu favor para garantir, por mais quatro anos, o próprio espaço.

Para contraporem suas propostas ao rolo compressor do processo de recondução de FHC, Lula, Ciro Gomes, Enéas e outros candidatos terão a mesma dificuldade de Davi na luta contra Golias. Sobretudo porque o presidente conta, fora a pompa do cargo, com dois fatores determinantes numa eleição: dinheiro e mais espaço na TV.

Origens da propaganda

Não se ganha eleição com programa de governo, e sim graças à propaganda. O termo deriva do latim pontifical, da propaganda ou propagação da fé, empenho católico no combate ao luteranismo, na época da contra-reforma.

Falar em propaganda tornou-se comum a partir do século 18, quando foi secularizada pelos jacobinos. O termo passou a aplicar-se mais usualmente à

política, enquanto "publicidade" - tornar público - à esfera comercial.

Porém, a propaganda não é uma invenção da modernidade. Tem a idade da espécie humana e, na antiguidade, deificava faraós e imperadores. Há maior exemplo de pujança que as pirâmides do Egito? Desde então os poderosos sabiam que, mais importante do que os fatos, é a interpretação dos fatos. É a propaganda - que seduz, fragiliza, hipnotiza, atemoriza e mobiliza.

"A força funda-se na opinião", dizia Napoleão Bonaparte. "O que é o governo? Nada, se não dispuser da opinião pública".

De Ramsés II a Lênin, a propaganda visa influir nas pessoas, moldar seus valores, modificar-lhes o modo de pensar e de agir, suas preferências e critérios.

Os ideólogos da Revolução Francesa utilizaram, para propagar suas idéias, panfletos, livros e até uma enciclopédia. Os jornais adquiriram tamanha importância na formação de opinião, que Hegel não resistiu à ironia: "A leitura do jornal é a oração da manhã do homem moderno".

O gênio diabólico de Goebbels

Hitler nada seria sem o rádio. Porém, não teria alcançado tanto poder sem um excelente assessor de imprensa: Goebbels.

Nas eleições de novembro de

1932, o partido nazista perdeu 2 milhões de votos e 34 cadeiras no Reichstag. Goebbels sabia que um político jamais pode admitir a derrota. Propôs ao partido concentrar toda a sua força nas eleições parciais de Lippe-Detmold, distrito de 150 mil habitantes.

Toda a militância se deslocou para lá. A tática teve êxito. Os nazistas ganharam no distrito e seus oráculos cuidaram de repercutir a vitória em toda a Alemanha. Banqueiros e industriais recomparam a financiar o partido. Em 30 de janeiro de 1933, Hindenburg entregou a Chancelaria a Adolf Hitler.

Goebbels aprendera com a história - da Igreja aos bolcheviques - que as massas não raciocinam, movem-se graças aos impactos em seus sentimentos e emoções. Daí a importância do símbolo e do mito.

Pode haver símbolo mais simples e, ao mesmo tempo, mais emblemático que dois pedaços de madeira cruzados?

De tal modo a cruz mexe com o inconsciente coletivo, que nem os bolcheviques deixaram de estilizar-na ao cruzar a foice e o martelo!

Goebbels preferiu resgatar a cruz gamada, que figura na mitologia solar da antiguidade. Imprimiu singularidade messiânica a uma raça, os arianos, enquanto os bolcheviques o faziam em relação a uma classe, o proletariado. Nem o sofis-

ticado detalhe de precisar a hora mais adequada aos comícios escapou da atenção do jornalista Goebbels. Ao entardecer a multidão recobra o vigor quando vê os holofotes vencerem o crepúsculo e iluminarem seus ídolos.

A propaganda deve nivelar por baixo, já sabia Hitler. "Toda propaganda", escreveu ele em Mein Kampf, "deve estabelecer seu nível intelectual segundo a capacidade de compreensão dos mais obtusos dentre aqueles aos quais se dirige. Seu nível intelectual será, portanto, tanto mais baixo quanto maior a massa de homens que se procura convencer".

Exemplo atual e bem próximo a nós é o porrete do Ratinho. Sua cacetada na mesa expressa a indignação dos telespectadores diante da ineficiência administrativa, da impunidade e dos sofrimentos de um povo repleto de deveres e carência de direitos.

Os britânicos, para se contraporem aos nazistas, criaram o gesto - com os dedos ou os braços abertos acima dos ombros - do V da vitória. É um símbolo gestual e gráfico simples.

A receita da propaganda eleitoral

Na campanha presidencial deste ano o fator determinante será a TV, como foram os jornais no século passado e o rádio na primeira metade deste século. É o recurso que cria a ilusão da unanimidade. Sem essa ilusão não há vitória.

Os marqueteiros presidenciais já começam a dar tratos à bola para encontrar símbolos, músicas, gestos e slogans que atinjam a emoção do público (os cinco dedos de FHC, a estrela do PT, os traços paralelos ver-

de e amarelo de Collor etc.). A fórmula da receita propagandista não foge a estes 6 pontos:

1) **Apresentar o candidato como salvador da pátria.** Sem ele, tudo irá para o buraco. Com ele, haverá mais felicidade, prosperidade, justiça e liberdade.

2) **Atacar os pontos fracos do adversário.** Notícias de jornais depreciativas, frases infelizes, erros administrativos, equívocos morais etc. No entanto, jamais ataca-lo frontalmente, pois trata-se de deslocar eleitores de lá para cá.

3) **Comparar fatos à propaganda do adversário.** Como ele fala em ética se compactuou com a corrupção? Como se mostra avançado se recebe apoio de forças retrógradas?

4) **Ridicularizar o adversário.** Como fez Chaplin com Mussolini e Hitler em *O Ditador* e, no nosso caso, "o sapo barbudo", Collor morrendo na praia etc.

5) **Criar muita emoção no pú-**

blico. Hinos, imagens, resgate da história pessoal e política do candidato etc.

6) **Fazer predominar o "já ganhou".** Mostrar que tudo tende a eleger o candidato e que é inútil o esforço dos adversários, invariavelmente qualificados de incompetentes.

Enfim, a propaganda procurará nos convencer do óbvio, porém utilizando recursos que ins-

taurem a incerteza em nossa lógica e instiguem as nossas emoções.

E como eleição é como feira-livre - vende produtos sem certificado de garantia -, só depois, no modo de usar, ou melhor, de governar, teremos a certeza de que fizemos ou não um bom negócio ao dar o nosso voto a este ou àquele candidato.

Frei Betto

Escritor e autor, em co-autoria com Paulo Freire e Ricardo Kotscho, de *Essa escola Chama-se Vida (Ática)*, entre outros livros.

PTnotícias

Jornal do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL

DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vera Bueno de Azevedo

MTB 17687

REDAÇÃO

Vera Bueno de Azevedo,

Fernanda Estima, Marcos Palácio,

Carlos Arruda e Énio Taniguti

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo, Beth Lima e
Sonia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO
Jorge Marinho

ILUSTRAÇÕES
Hércules Santos

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-00

Tel: (011) 233-1333 Fax: (011) 233-1300

e-mail: comunic@pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos: Bureaugraf

Impressão: Artgraf

PROGRAMA DE GOVERNO

Emprego é o tema desta semana

O assunto desta semana temática é um dos problemas que mais afligem o brasileiro hoje: a questão do emprego. Ou melhor, da falta dele.

Pesquisa feita pelo Dieese/Seade indica que o índice de desemprego, em junho, chegou a 19%, apenas na Grande São Paulo. Isso significa mais de 1,6 milhão de trabalhadores sem emprego na região.

Conseguir empregar-se novamente também está cada vez mais difícil. O tempo médio para se conseguir uma recolocação é de nada menos que oito meses.

Os números do IBGE, órgão oficial do governo, não são mais animadores. Segundo a última pesquisa, divulgada no último dia 31, o desemprego atingiu seu pior índice nos últimos 15 anos. No primeiro semestre de 98, a taxa mé-

dia foi de 8,74%, a mais alta desde que o instituto iniciou a coleta de dados, em 1983.

Lula propõe

No final desta semana Lula divulgará sua carta compromisso e as diretrizes do programa de governo da União do Povo-Muda Brasil para a questão do emprego.

Segundo o candidato, a economia brasileira precisa crescer nos mesmos níveis históricos alcançados entre 1930 e 1980, cerca de 7% ao ano, para que o desemprego possa começar a ser enfrentado.

Esse crescimento, entretanto, seria suficiente apenas para atender aos novos trabalhadores que

entram no mercado a cada ano. Sobraria ainda um grande número de desempregados.

Essa questão, para Lula, não se resolve apenas com o crescimento econômico. É preciso considerar o tipo de crescimento e implementar políticas na área do emprego.

Uma delas é a redução da jornada de trabalho (sem diminuição dos salários) de 48 para 40 horas semanais. Segundo a CUT, essa medida pode gerar um milhão de postos de trabalho.

Além disso, é preciso desestimular as horas extras, para que se abra espaço para outros trabalhadores serem contratados.

Criar linhas de crédito para as

micros, pequenas e médias empresas é outra política importante para a área, já que esses setores são grandes geradores de emprego.

É também necessário que se faça, efetivamente, a reforma agrária, com o assentamento de 1 milhão de famílias no campo. Isso vai significar a criação de cerca de 3 milhões de empregos.

Finalmente, existem programas emergenciais, que podem ser colocados em prática em curto espaço de tempo.

Um exemplo é o programa de construção civil, que irá incentivar a construção de habitações populares e obras de urbanização de uma forma geral.

O programa do primeiro emprego para jovens também é importante. Na França, onde esse projeto foi implementado, foram criados 750 mil empregos destinados a essa faixa da população.



Jorge Mariano

Saúde é um direito elementar do ser humano, diz Lula

À final da última semana temática, Lula divulgou sua carta compromisso e as diretrizes do programa de governo da União do Povo-Muda Brasil para o setor. Os documentos foram apresentados na sexta-feira, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, durante o ciclo de debates "A Saúde e o Brasil", promovido por departamentos de diversas universidades do Estado.

A íntegra

A saúde do povo brasileiro vive uma situação dramática, um verdadeiro caos. O atual governo, por ação ou omissão, agravou as já precárias condições de vida e saúde dos brasileiros.

Doenças antes controladas, como a dengue e o sarampo, voltaram a atormentar nosso povo. Outras, como a malária, a tuberculose, a Hanseníase, crescem assustadoramente.

O descaso de sucessivos governos com a saúde da população conduziu o Brasil a um quadro de enfermidades onde se combinam doenças comuns dos países desenvolvidos com aquelas que já deveriam ter sido controladas, típicas das nações mais atrasadas.

A mortalidade infantil e a materna permanecem em níveis inaceitáveis. Um verdadeiro massacre corta prematura e violentamente a vida de jovens e adolescentes, sobretudo nas grandes e médias cidades.

Os meios de que a população dispunha para se defender das enfermidades transformaram-se em causas de sofrimento e morte. Clínicas matam idosos por desnutrição e maus tratamentos destinados a prolongar a vida de portadores de insuficiência renal envenenam seus pacientes.

Medicamentos que deveriam tratar câncer, infecções e outros males são falsificados e vendidos até a órgãos públicos. Laboratórios privados fraudam resultados de exames, hospitais e médicos inescrupulosos cobram "por fora" de pacientes do SUS, planos de saúde vendidos como salvação negam atendimento aos que, com dificuldades, pagam suas mensalidades.

Em relação aos acidentes de trabalho,

lamentavelmente continuamos a ostentar o posto de campeões mundiais. Cerca de seis mil trabalhadores brasileiros perderam a vida em decorrência de acidentes e doenças ditas do trabalho em 1996, o último para os quais se dispõem de dados. Isso quer dizer que, a cada dia útil, 20 trabalhadores que saem de suas casas para trabalhar não voltam com vida.

Nesse mesmo ano, mais de trezentos mil dedos foram perdidos em acidentes nas fábricas e nos campos.

Esses números, já terríveis, são ainda apenas parciais, pois não incluem as vítimas de acidentes de trabalho na agricultura, que não são registrados pelo INSS, e a legião de trabalhadores "informais", que não contam com registro em carteira profissional, cujas famílias ficam no completo desespero, pois não têm direito aos miseráveis benefícios pagos pela previdência social.

O atual governo levou a mercedora transformação da saúde em economia, violando abertamente a Constituição, onde está inscrito que a saúde é "direito do cidadão e dever do Estado". Estranhou financeiramente o SUS, para obrigar a classe média a comprar planos de saúde, que não fiscaliza. Destruíu a Central de Medicamentos, sucateou a Vigilância Sanitária - e agora, demagogicamente, finge-se escandalizado com o descabido que ele próprio promoveu.

O Brasil possui os recursos humanos, técnico-científicos, industriais e financeiros para assegurar a seu povo um alto padrão de saúde. Escolas secundárias e técnicas, universidades, centros de pesquisa de excelente padrão, parque industrial capaz de produzir todo tipo de equipamentos, materiais de consumo e medicamen-

tos - tudo está à espera de uma clara decisão política, que o meu governo tomará, de dar prioridade à saúde da nossa gente.

Por isso quero desde já assumir publicamente alguns compromissos básicos nessa área para que nosso país possa entrar no século XXI para garantir a defesa da vida e uma saúde integral de qualidade aos brasileiros.

Assumo o compromisso de garantir recursos estáveis para a Saúde, mobilizando recursos orçamentários possíveis da União, dos Estados e Municípios, incluindo parte das contribuições sociais.

Antes do final de seu mandato, o meu governo assegurará pelo menos R\$ 250,00 por capita/ano para garantir a defesa da vida e uma saúde integral de qualidade aos brasileiros.

Assumo o compromisso de ser rigoroso na defesa da gestão pública, transparente, participativa e descentralizada dos serviços de saúde.

O meu governo respeitará e fará respeitar os princípios do Sistema Único de Saúde - integralidade, universalidade de acesso, equidade, descentralização e controle social. O respeito à autonomia de Estados e Municípios é condição para a descentralização, que torna possível e eficaz a participação e o controle social.

Os Conselhos de Saúde serão fortalecidos. Serão respeitadas suas atribuições legais, sobretudo sua função deliberativa.

Assumo o compromisso de eliminar as doenças típicas do século passado que ainda nos agredem (febre amarela, dengue, malária, entre tantas outras) e promover um controle eficaz da tuberculose e das doenças típicas deste final de século (o câncer, os enfartes do miocárdio, os derrames cerebrais, os acidentes e a violência de toda natureza).

Meu governo, prevenção e cura não serão separadas nem contrapostas. Não pouparemos esforços para eliminar as doenças endêmicas e aquelas decorrentes da má qualidade de vida criando as condições necessárias para que cada família tenha uma habitação digna, com saneamento e outros serviços básicos, especialmente

aqueles grupos sociais mais carentes.

Assumo o compromisso de mobilizar o conhecimento e a criatividade de nossa sociedade para construir políticas e realizar ações concretas a fim de reduzir significativamente as altas taxas de mortalidade infantil e materna.

No meu governo aplicaremos programas preventivos e de saúde pública de largo alcance, também garantindo serviços de pronto-socorro bem equipados (necessários para o atendimento às vítimas da violência, dos acidentes graves de trabalho e do trânsito), para diagnosticar precocemente e tratar adequadamente os casos de câncer, os enfartes e derrames que requerem bons hospitais.

Assumo o compromisso de valorizar o trabalhador de saúde, resgatando sua dignidade, promovendo capacitação e atualização permanente e mantendo diálogo e negociação com suas entidades sindicais de representação.

No meu governo implementaremos a nível nacional o Programa "Saúde em Casa", garantindo ações integrais de saúde de acesso, equidade, descentralização e controle social. O respeito à autonomia de Estados e Municípios é condição para a descentralização, que torna possível e eficaz a participação e o controle social.

Os Conselhos de Saúde serão fortalecidos. Serão respeitadas suas atribuições legais, sobretudo sua função deliberativa.

Assumo o compromisso de eliminar as doenças típicas do século passado que ainda nos agredem (febre amarela, dengue, malária, entre tantas outras) e promover um controle eficaz da tuberculose e das doenças típicas deste final de século (o câncer, os enfartes do miocárdio, os derrames cerebrais, os acidentes e a violência de toda natureza).

Meu governo, prevenção e cura não serão separadas nem contrapostas. Não pouparemos esforços para eliminar as doenças endêmicas e aquelas decorrentes da má qualidade de vida criando as condições necessárias para que cada família tenha uma habitação digna, com saneamento e outros serviços básicos, especialmente

aqueles grupos sociais mais carentes.

Assumo o compromisso de mobilizar o conhecimento e a criatividade de nossa sociedade para construir políticas e realizar ações concretas a fim de reduzir significativamente as altas taxas de mortalidade infantil e materna.

No meu governo aplicaremos programas preventivos e de saúde pública de largo alcance, também garantindo serviços de pronto-socorro bem equipados (necessários para o atendimento às vítimas da violência, dos acidentes graves de trabalho e do trânsito), para diagnosticar precocemente e tratar adequadamente os casos de câncer, os enfartes e derrames que requerem bons hospitais.

Assumo o compromisso de valorizar o trabalhador de saúde, resgatando sua dignidade, promovendo capacitação e atualização permanente e mantendo diálogo e negociação com suas entidades sindicais de representação.

No meu governo implementaremos a nível nacional o Programa "Saúde em Casa", garantindo ações integrais de saúde de acesso, equidade, descentralização e controle social. O respeito à autonomia de Estados e Municípios é condição para a descentralização, que torna possível e eficaz a participação e o controle social.

Os Conselhos de Saúde serão fortalecidos. Serão respeitadas suas atribuições legais, sobretudo sua função deliberativa.

Assumo o compromisso de eliminar as doenças típicas do século passado que ainda nos agredem (febre amarela, dengue, malária, entre tantas outras) e promover um controle eficaz da tuberculose e das doenças típicas deste final de século (o câncer, os enfartes do miocárdio, os derrames cerebrais, os acidentes e a violência de toda natureza).

os necessários cuidados médicos. Por isso o aborto é uma das mais importantes causas de óbitos, especialmente entre as mulheres jovens. Como resultado desta lamentável situação, verifica-se em cada mil mulheres em idade fértil, 18 já sofreram seqüelas de aborto. Em cada quatro mulheres submetidas ao aborto clandestino, uma já foi internada com complicações que levam à esterilidade ou mesmo à morte. Esta situação penaliza as mulheres, principalmente as mais pobres.

No meu governo vamos tratar o aborto como um problema de saúde pública. No meu governo não se negará à mulher que tenha sofrido essa violência o necessário atendimento pela rede pública de saúde, nos termos que determina a legislação vigente.

Quero, enfim, assumir o compromisso de tratar a Saúde como um Direito, não como uma mercadoria. Saúde é um assunto de interesse público, de alta relevância social, não podendo jamais ser entendida apenas como um negócio privado.

O governo da União do Povo - Muda Brasil fará uma revolução na saúde. Uma revolução pacífica, com base na Constituição da República e leis que até hoje não são cumpridas.

Neste momento de disputa eleitoral, entrego a versão preliminar das nossas Diretrizes do Programa para a Saúde da Coligação "União do Povo - Muda Brasil". Não trago um documento acabado, mas uma proposta. Quero debatê-la com os membros dos Conselhos de Saúde, trabalhadores da saúde, pesquisadores, cientistas, autoridades municipais e estaduais, enfim, com todo o povo brasileiro, para que seja possível estender à toda sociedade esta radical transformação.

Por isso, não vim aqui buscar apenas o apoio daqueles que pensam como nós, mas também ouvir as críticas e sugestões de todos os que desejam contribuir para que o nosso país possa dar um verdadeiro salto de qualidade necessário para ingressar na modernidade no próximo século que se avizinha.

Luiz Inácio Lula da Silva

CONHEÇA OS CANDIDATOS E AS COLIGAÇÕES NOS ESTADOS

Infographic grid showing candidates and coalitions for various Brazilian states (ACRE, ALAGOAS, AMAPÁ, AMAZONAS, BAHIA, CEARÁ, MATO GROSSO, MARANHÃO, MINAS GERAIS, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PIAUÍ, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO NORTE, RIO GRANDE DO SUL, RORAIMA, SANTA CATARINA, SÃO PAULO, SERGIPE, TOCANTINS) with cartoon characters and state maps.

ESTADOS

Marta Suplicy informa e esclarece dúvidas

Nada como uma campanha eleitoral para que se propaguem fatos que não correspondem à realidade a respeito de candidatos. É o que está acontecendo com Marta Suplicy, candidata petista ao governo do Estado de São Paulo.

Alguns dos adversários de Marta Suplicy e parte da mídia têm afirmado, entre outras coisas, que ela é a favor do casamento entre homossexuais e do aborto indiscriminado. Segundo eles, a deputada federal tem lutado no Congresso Nacional para atender a esses objetivos.

Vamos à realidade. Marta Suplicy realmente entrou com o projeto de lei 1.151/95, que possibilita um "contrato" entre duas pessoas que vivem juntas e têm interesses comuns. Podem ser uma avó e uma neta, duas irmãs ou dois homossexuais.

Esse contrato asseguraria o direito à herança e sucessão e plano ou seguro de saúde em conjunto; aquisição conjunta de patrimônio (como uma casa, por exemplo); declaração conjunta de Imposto de Renda; e direito à nacionalidade brasileira, no caso de uma das duas pessoas ser estrangeira.

Como se vê, é apenas um contrato, cujas cláusulas são livremente acertadas e combinadas pelas pessoas envolvidas. O projeto não pretende alterar a legislação em vigor, no que diz respeito à família e o casamento.

Tanto isso é verdade que, pelo projeto, quem faz o contrato não muda o seu estado civil. Além disso, ele não permite a adoção nem a guarda de crianças ou adolescentes pela parceria instituída no contrato.

Cidadania

Segundo Marta, "é verdade que esse projeto vai beneficiar diretamente parcerias homossexuais que, embora minorias, merecem respeito aos seus direitos fundamentais".

A candidata do PT lembra que há casos onde duas pessoas constroem um patrimônio juntas, vivem uma relação homossexual por muitos anos e, quando uma morre, sua vontade não é respeitada. "O parceiro que fica é considerado intruso. A família, que não aceitava a relação, nega qualquer direito no que diz respeito ao patrimônio", diz Marta.

Para ela, mesmo as pessoas que, por convicção, não aceitam o homossexualismo, não podem negar direitos de cidadania a alguém que tem outra orientação sexual. "Este é um projeto de cidadania, de respeito às diferenças, isto é, de direitos humanos", afirma.

Segundo o relatório da Anistia Internacional, de junho de 97, o Brasil é o campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis. Um triste recorde.

Aborto

Quanto ao aborto, a situação não é diferente. O Código Penal brasileiro permite sua realização em dois casos: quando a gestante corre risco de vida e quando a gravidez resulta de estupro.

Além disso, existem hoje mais de 400 autorizações judiciais para a realização de aborto em casos onde se comprova que não há possibilidade de vida do feto após o nascimento.

O projeto de lei 20/91, defendido por Marta, não pretende alterar essa legislação. Quer apenas regulamentar esse direito, que as mulheres têm desde 1940. Pretende que, nesses casos, o aborto possa ser feito por qualquer hospital público.

Segundo a candidata petista, quando o a mulher corre risco de vida, os hospitais costumam fazer o aborto sem muito alarde. Mas quando há estupro, apenas 13 hospitais, em todo o Brasil, prestam esse tipo de atendimento.

Resultado: aquelas que não têm dinheiro para ir até o hospital autorizado, em outra cidade, nem para pagar um aborto em clínicas clandestinas com atendimento de qualidade, podem se desesperar e tomar atitudes que prejudiquem sua saúde física e mental.

Esta é uma das causas pelas quais o Brasil é um dos campeões em abortos clandestinos: cerca de 2 milhões por ano, segundo estimativas, causando mortes maternas, seqüelas físicas e psíquicas. Destes abortos, porém, quase 20% são feitos por adolescentes cuja gravidez não é desejada nem planejada.



Para Marta Suplicy os governos federal e estaduais devem atuar para reduzir o grande número de adolescentes grávidas

Governos têm responsabilidade

Os governos municipais, estaduais e federal devem atuar no sentido de diminuir o alto índice de gravidez na adolescência (que chega a 20% entre mulheres com menos de 18 anos), prevenir doenças sexualmente transmissíveis (como a Aids) e reduzir a incidência do aborto ilegal.

Para atender a esses objetivos, Marta acha que os governos devem, em primeiro lugar, destinar recursos para a educação sexual nas escolas, com profis-

sionais preparados para trabalhar com o tema.

Além disso, deve ser implantado o PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher). Esse programa engloba ações de planejamento familiar, pré-natal de qualidade, prevenção e tratamento de câncer ginecológico e de mama, atendimento à adolescência, menopausa etc.

Marta já participou da implantação de programas como o GTPOS (Grupo de Trabalho, Pesquisa e Orientação Sexual) em

várias cidades, como São Paulo, Santos e Belo Horizonte.

Segundo ela, os resultados são logo sentidos. "Adolescentes que participam das aulas e trabalhos de grupo sobre educação sexual iniciam sua vida sexual com mais responsabilidade, sendo mais afirmativos tanto para dizer sim como para dizer não; o índice de gravidez na adolescência diminui; e as doenças sexualmente transmissíveis podem ser prevenidas."

Objetivo é a vitória em quatro de outubro



O candidato a governador do DF, Cristovam Buarque, e Lula fazem caminhada pelo setor Sul, em Brasília, no último dia 6

Criatividade, ética, osadia, vontade política. Essa fórmula, aplicada durante três anos e meio de Governo Democrático e Popular no Distrito Federal, transformou a capital do país - antes conhecida como ilha da fantasia - em referência de administração pública.

Cristovam Buarque e Arlete Sampaio conseguiram, com propostas simples mas criativas, resolver grandes problemas sociais provocados por desvio de seu planejamento natural.

O Distrito Federal deveria estar neste ano, segundo os projetos que lhe deram vida, com 500 mil habitantes. No entanto, em suas 19 cidades residem hoje 1,8 milhão de pessoas. Antes "cidades satélites", hoje são respeitadas como cidades pelo governo da Frente Brasília Popular, e a grande maioria dos programas implantados é voltada para elas.

Um governo que entende a capital do país não apenas a partir de seu Plano Piloto, Brasília, mas volta-se para todos, especialmente os mais carentes, que moram nas novas cidades, os antigos assentamentos. Todas elas estão estruturadas com água, saneamento, luz e, principalmente, escolas.

Continuidade

A continuidade desta administração, tendo novamente Cristovam Buarque como candidato ao governo, terá a educação como sua principal marca.

Professor, ex-reitor da UnB, Buarque aplicou em sua gestão seu sonho de um dia o Brasil ter todas as crianças na escola. Do Distrito Federal espalha-se o exemplo de que "menino fora da escola não é problema, é imoralidade", como costuma dizer o

governador.

A Bolsa-Escola - implantada em seu segundo dia de governo e tantos outros programas dirigidos à educação fundamental e média - transformou Brasília em referência nacional e internacional.

Na Bolsa-Escola as famílias carentes recebem um salário mínimo por mês para que suas crianças de 7 a 14 anos frequentem a escola, desde que morem há pelo menos cinco anos no DF. E as crianças devem ter uma frequência mínima de 90% nas aulas.

Além da Bolsa-Escola existe uma série de programas que formam um ciclo na educação: Cesta-Escola, Poupança-Escola (vinculada a Bolsa-Escola), Mala do Livro, Projeto Saber, Escola Candanga (modelo para a educação no campo), Bolsa-Alfa (alfabetização de adultos),

Vestibular Seriado, Matrícula Informatizada etc.

E estão em andamento a extensão da UnB para as cidades do DF e um programa inédito de parceria governo-universidades particulares. Neste, terras públicas serão trocadas (concessão) por bolsas de estudos, para que instituições particulares sejam construídas nas cidades. Ganhará a licitação a instituição que oferecer mais bolsas de estudos para alunos carentes.

Nesta semana foi lançado o Educação em Casa, programa no qual estudantes de 2º grau vão receber meio salário mínimo para ensinar estudantes do 1º e 2º graus, em suas casas, ajudando na recuperação escolar.

Cultura

Já na área cultural, mais de 700 espetáculos são apresentados no Temporadas Populares, duas vezes por ano (nas férias), a preços bem abaixo do normal, proporcionando à toda população o acesso à arte e cultura.

O Lago Paranoá tornou-se o novo ponto de encontro e lazer no DF, com o Projeto Orla, acabando com o domínio das águas do lago pelos clubes. É um calçadão, com quiosques em estilo moderno, onde há um museu de esculturas.

O local está sendo procurado por mais de sete mil pessoas nos finais de semana. Todo o Projeto Orla, ocupando espaços diversos à beira do lago, vai provocar a geração de mais de 13 mil empregos.

O programa de agroindústria familiar (Prove), assim como a Bolsa-Escola e o Banco do Trabalho (crédito a pequenos empreendedores) foram incluídos

no programa de governo de Lula e Brizola, por seus bons resultados na geração de mais e melhores empregos.

O programa Saúde em Casa já atende a mais de 1.300 pessoas e o Orçamento Participativo - marca de governos democráticos e populares como Porto Alegre - é coordenado por Arlete Sampaio e já envolve milhares de pessoas desde sua implantação, em 1995.

Pesquisas

Se em julho de 1994 Cristovam aparecia nas pesquisas com índices de 5% a 8%, hoje seu governo tem uma aprovação de 63% dos brasileiros. Pesquisas recentes apontam que a Frente Brasília Popular está com 29%, enquanto o candidato do atraso, Joaquim Roriz (PMDB), aparece com 34%, e José Roberto Arruda (PSDB) conta com 15%. Cristovam é o único candidato ao governo que cresce nas pesquisas - enquanto Roriz e Arruda apresentam queda contínua.

A campanha para o Senado, com Arlete Sampaio como candidata pela Frente, enfrenta um aliado do ex-presidente Collor, o deputado Luiz Estevão (PMDB).

Essa é a disputa do bem contra o mal. Mas os brasileiros sabem que nessas eleições o que está em jogo é a continuidade da concretização do sonho da inclusão social versus a política secular da compra do voto por cestas básicas, farras dos lotes etc.

Como em todo o Brasil, a chapa Cristovam-Sigmaringa enfrenta no DF candidatos que vêem o eleitor como um pobre e não como um cidadão. A campanha da Frente Brasília Popular quer reeleger o cidadão brasileiro - essa é a consciência presente em cada simpatizante do governo e da campanha.

Os militantes dos partidos que compõem a coligação são reconhecidos em todo o DF. Vestidos com as cores da campanha, com lençóis vermelhos dos majoritários, com panfletos de seus proporcionais, com a vontade de reeleger Cristovam e seu vice Sigmaringa Seixas, e Arlete como senadora da capital federal. Com a vontade de eleger Lula presidente do Brasil.

Brasília já avermelhou, pelo período, muito antes que em 94. Se antes havia um sonho, hoje somos a realidade.

